

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

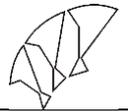


Ata da 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 12/12/2014

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
AAEAA - Amparo	Luís Henrique Gueratto
ABCON	p/ Maria Aparecida Draheim
AEJ	Jaime Ramiro
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Maria das Graças Martini
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação dos Atrativos de Salto	p/ Paulo Henrique Pereira
CETESB	Eneida Mara Moraes Zanella
CIESP – DR Americana	p/ Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP – DR Campinas	p/ Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Santa Barbara	p/ Alexandre Luis Almeida Vilella
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
DAEE	Luiz Roberto Moretti
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
FLORESPI	Ricardo Otto Leão Schmidt
Fórum das Américas	Rodrigo Hajar
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
IEF	p/ Paulo Henrique Pereira
IPSA	Waldemar Bóbbo
ELO Ambiental	Claudia Grabher
Ministério da Integração Nacional	José Luiz de Souza
P.M de Atibaia	Fabiane Cabral da Costa Santiago
P.M. de Cabreúva	Rosimeire Rabelo Santos Timporim
P.M de Campinas	Rogério Menezes
P.M de Capivari	José Luiz Cabral
P.M de Cordeirópolis	Amarildo Antonio Zorzo
	Giovane Henrique Genezelli
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Well
P.M de Indaiatuba	Nilson Alcides Gaspar
P.M de Iracemópolis	Valmir Gonçalves de Almeida
P.M. de Itapeva	p/Laene Fonseca Vilas Boas
P.M de Itatiba	p/ Roberto Ferrari
P.M de Itú	Maurício Geraldo da Silva Dantas
P.M de Itupeva	p/ Márcia Sumagawa Oku
P.M. de Jaguariúna	Irineu Gastaldo Júnior
P.M. de Jundiá	Pedro Antonio Bigardi
	Maria das Graças Martini
P.M de Limeira	Alquermes Valvassori
P.M de Louveira	p/ Claudio Scalli
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
P.M de Rio das Pedras	Carlos Alberto Pinto
P.M de São Pedro	p/ Tiago de Mattos Seydell
P.M de Sapucaí-Mirim	p/ Paulo Henrique Pereira
P.M de Vargem	Michele Consolmagno
Rotary International – D4590	Luiz Antonio de Carvalho e Silva Brasi
SAA	Angelo César Bosqueiro
SABESP	José Roberto Fumach
	Oswaldo de Oliveira Vieira
Secretaria de Desenv. Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria da Educação	p/ Carlos Henrique de Oliveira
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira

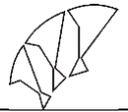
SINMEC	p/ Paulo Henrique Pereira
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SR de Indaiatuba	p/ Ricardo Dias Pacheco
SSRH	Luiz Roberto Moretti
	Leonildo Ednilson Urbano
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
ABES-SP	José de Toledo Piza
IGAM	Thiago Figueiredo Santana
	Marília Carvalho Melo
Secretária da Fazenda	Tabir Pirajá de Macedo Filho
	Afonso Rocha Mastrelli
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
	Augusto Olavo Leite
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima
ÚNICA	André Elia Neto

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2014, nas dependências da DAE S. A. – Água e Esgoto de Jundiá, em Jundiá/SP, realizou-se a 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 101 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários Presentes” e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Pedro Antonio Bigardi (Prefeito Municipal de Jundiá); Valmir Gonçalves de Almeida (Prefeito Municipal de Iracemópolis); Amarildo Antonio Zorzo (Prefeito Municipal de Cordeirópolis); Carlos Alberto Pinto (Vice-prefeito Municipal de Rio das Pedras); Jamil Yatin (Diretor-presidente da DAE Jundiá); Silvo José Marques (Presidente Nacional da Associação Nacional dos Serviços de Saneamento); Osman Fernandes da Silva (Especialista em Recursos Hídricos da ANA); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. Moretti convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e, a todos, para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** O Sr. Moretti, em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, cumprimentou a todos e agradeceu à DAE S.A. – Água e Esgoto de Jundiá pela cessão do espaço e informou que a presente reunião está sendo transmitida *on line*, pela internet. Justificou a ausência do Prefeito de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Sr. Gabriel Ferrato dos Santos, e do Prefeito de Sapucaí-Mirim e Presidente do CBH-PJ, Sr. Jefferson Benedito Rennó, transmitindo suas saudações. Após, passou a palavra aos membros da mesa para saudações iniciais. O Sr. Pedro Bigardi deu boas-vindas a todos e destacou a importância das discussões da presente reunião para as Bacias PCJ e a seriedade nos trabalhos desenvolvidos por este



Ata da 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 12/12/2014

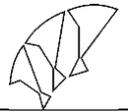
colegiado, e externou preocupação com o período de estiagem vivenciado nas Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti deu início aos trabalhos, nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. Dando prosseguimento à reunião, passou ao item 3. **Informes: 3.1. da Secretaria Executiva (SE):** O Sr. Moretti iniciou informando que foi publicado no dia 19/11/2014, o Decreto nº 60.895, do Governo do Estado de São Paulo, que "estabelece adesão ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas e dá providências correlatas"; que este pacto se firmou com a Agência Nacional de Águas e é base do trabalho da Resolução ANA nº 379/2013, que tem como objetivo estreitar o relacionamento e desenvolver ações conjuntas de recursos hídricos entre o estado de São Paulo e o governo federal: o documento está disponível no site dos Comitês PCJ (www.comitespcj.org.br). O Sr. Moretti informou que, por ocasião da realização da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-SP), realizada no dia 9 de dezembro de 2014, em São Paulo/SP, foram apreciados e aprovados a aplicação dos recursos do FEHIDRO referentes ao exercício de 2015 e os percentuais de distribuição entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. O Sr. Moretti discorreu sobre o processo eleitoral dos Comitês PCJ 2015, informando que está disponível nos sites da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, a Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/14, de 08/08/2014, que aprovou calendário, edital, procedimentos eleitorais e constituiu comissão eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ, para o mandato 2015/2017, bem como documentos e fichas de inscrições. O edital já foi publicado nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo e da União, nos dias 13/08/2014 e 14/08/2014, respectivamente. Alertou que, até 19/12/14, ocorrerá a análise da Comissão Eleitoral e divulgação preliminar dos inscritos, de entidades associativas representativas de usuários de recursos hídricos e organizações civis, conforme Fichas de Inscrição propostas e divulgadas pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, e que, o período de 22/12/14 a 09/01/15, é o prazo para apresentação de pedidos de impugnação e de recursos. O Sr. Moretti informou que a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), realizaram no dia 18 de dezembro, no município de Campinas, e no dia 19 de dezembro, no município de Camanducaia/MG, a 3ª reunião com o objetivo de consolidar regras e condições de restrição de uso para captações de água em corpos d'água superficiais de domínio da União e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, localizadas nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI 5), já discutidas em reuniões públicas realizadas em 1º de outubro, 18 e 19 de novembro e que foram objeto de contribuições dos usuários de água das Bacias PCJ. O Sr. Moretti parabenizou a Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) pela realização do 3º Seminário de Saúde Ambiental, com o tema, as Agências Reguladoras dos Serviços de Saneamento e o Estado na Gestão das Águas de Abastecimento Público, realizado dia 21 de outubro nas dependências da Câmara de Vereadores de Piracicaba, e a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), pela realização do seminário: "O Uso da Água nas Bacias PCJ durante a estiagem 2014", realizado no dia 17 de outubro, no Clube da Terceira Idade, em Holambra. O Sr. Moretti informou que ocorreu, no dia 09/12/2014, no município de Jundiá, oficina para aprimoramento, pelas câmaras técnicas, dos Termos de Referência que instruirão a Revisão do Plano das Bacias PCJ 2010 – 2020, ocasião em que ocorreram as discussões sobre os cadernos temáticos: Educação Ambiental; conservação e recuperação florestal; ações específicas na porção mineira; enquadramento dos corpos d'água; águas subterrâneas e conservação da água no meio rural. O Sr. Moretti informou que, em atendimento à Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 208/14, de 05/09/2014, que prorrogou o período de atuação do Grupo de Trabalho da "Operação Estiagem PCJ – 2014", no âmbito da CT-PL (GT-Estiagem 2014), instituído pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014, o GT-Estiagem 2014 encerrou suas atividades em 30 de novembro de 2014. O Sr. Moretti comentou sobre as participações de representantes dos Comitês PCJ, por meio de comitiva composta pelas coordenações das câmaras técnicas, de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência PCJ, dos representantes no Fórum Nacional de CBHs e de representantes da CT-PL, entre os dias 22 a 28 de novembro de 2014, em Maceió/AL, no XVI ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que abordou o tema "Comitês de Bacias como Articulador Político das Águas". O Sr. Moretti informou que a Fundação Florestal encaminhou, aos Comitês PCJ, o Ofício DE/FF 1613/2014, datado de 21/10/2014, comunicando a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN Reserva do Jacu, com área de 3,5870 hectares de vegetação natural, no município de Atibaia. O Ofício está disponibilizado no site dos Comitês PCJ, para que todos possam ter acesso à informação e conhecer a RPPN Reserva do Jacu. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ informou que uma das metas do Contrato de Gestão, firmado com a Agência Nacional de Águas (ANA), diz respeito à avaliação dos membros dos Comitês PCJ sobre a atuação da Agência PCJ. Diante desta exposição o Sr. Sergio solicitou a todos que preencham e devolvam a ficha de questionário de avaliação dos trabalhos da Agência PCJ, que foi distribuída. O Sr. Sergio informou que a ANA está elaborando resolução sobre o enquadramento das despesas, a ser observado pelas entidades delegatárias de funções de Agência de Água, referentes à aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União, ressaltando que haverá alterações



Ata da 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 12/12/2014

165 nas condições de aplicação de recursos de custeio para
as Agências de Bacias. O Sr. Sergio informou que o
Sr. Breno Esteves Lasmar assumiu a Diretoria de
Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacia do
170 Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM e
informou que o Conselho Estadual de Recursos
Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG) apreciou
proposta de equiparação do IGAM para a gestão dos
recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo
uso dos recursos hídricos, na parcela mineira das
175 Bacias PCJ, e que está sendo viabilizado um convênio
com a Agência das Bacias PCJ, para aplicação destes
recursos. O Sr. Sergio Razera informou que a Região
Metropolitana de Campinas (RMC), através da
Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP),
180 deflagrou na primeira quinzena de dezembro, um
programa que resultará no mapeamento das nascentes
nos 20 municípios, visando à sua recuperação e
proteção, como uma das ferramentas contra a crise
hídrica que afeta grande parte do estado e do país. A
185 discussão sobre a recuperação das nascentes,
fundamental para a revitalização dos mananciais,
levou a uma inédita aproximação entre a
AGEMCAMP e a Agência PCJ. O programa começou
com um workshop nos dias 11 e 12 de dezembro,
190 coordenado pelo Dr. Rinaldo de Oliveira Calheiros,
pesquisador do Centro de Ecofisiologia e Biofísica do
Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). O Sr.
Sergio Razera informou que será realizada a XXXII
Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos
195 Hídricos, agendada para os dias 15 e 16 de dezembro,
na sede do órgão federal, em Brasília (DF); a reunião
irá tratar, dentre outros temas, da seca na região
Sudeste, com exposição sobre o que aconteceu em
2014 e quadro hidrometeorológico, com as
200 perspectivas para 2015. O Sr. Sergio Razera lembrou
ao presentes que em atendimento à Deliberação dos
Comitês PCJ nº 210/2014, de 26/09/2014, aprovada
em reunião plenária realizada em Piracicaba, as
inscrições de projetos de demanda espontânea para
205 financiamento de empreendimentos com recursos das
Cobranças PCJ e Fehidro (Fundo Estadual de
Recursos Hídricos) junto aos Comitês PCJ, inicia-se
no 12 de janeiro de 2015, nas dependências da
Agência das Bacias PCJ e será finalizada no dia 14 de
210 janeiro 2015. Os critérios gerais e específicos
constantes da referida deliberação foram
disponibilizados nos sites da Agência das Bacias PCJ
e dos Comitês PCJ para consulta e preparação da
documentação necessária para o momento da
215 inscrição; bem como será mantido, permanentemente,
plantão na Agência das Bacias PCJ para
esclarecimentos dos interessados. **3.3. dos Membros
do Plenário:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr.
Paulo Tinel, representante da ASSEMAE, que tornou
220 público o agradecimento ao município de Jundiá/SP,
pelo exercício de gestão de recursos hídricos que
ocorreu durante o período de escassez hídrica
vivenciado nas Bacias PCJ, informando que a DAE-
Jundiá diminuiu sua captação de água, para permitir a
225 captação de água pela SANASA/Campinas. O Sr.

Claudio Scalli, representante da P. M de Louveira,
informou que no mês de outubro de 2014, a Estação
de Tratamento de Esgoto de Louveira começou a
receber os efluentes coletados na Região Central e
230 passou a tratar todo o esgoto coletado na cidade.
Agradeceu à Sra. Eneida Mara Moraes Zanella,
representante da Cetesb (Companhia Ambiental do
Estado de São Paulo), pela contribuição técnica no
processo. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Ata da
235 reunião realizada no dia 26/09/2014 nas
dependências da Fundação Municipal de Ensino de
Piracicaba, no município de Piracicaba/SP:** O Sr.
Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última
reunião plenária, ocorrida no município de
240 Piracicaba/SP, e questionou sobre a necessidade de
leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra
para discussão e, não havendo manifestação, colocou a
minuta da ata em votação, sendo aprovada por
unanimidade, sem alterações. **4.2. Minuta de
245 Deliberação dos Comitês PCJ nº 212/14, de
12/12/2014: “Aprova plano de trabalho e proposta
orçamentária anual da Fundação Agência das
Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari
e Jundiá – exercício 2015 e dá outras
250 providência”:** O Sr. Moretti informou que ocorreram,
no dia 17 de novembro de 2014, em Piracicaba/SP,
reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho
Deliberativo da Agência das Bacias PCJ, e da Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL), quando foram
255 apresentadas e aprovadas, para serem apreciadas pelos
Comitês PCJ, as propostas de plano de trabalho e
previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ
referentes ao ano de 2015, destacando os percentuais
para custeio da Fundação Agência das Bacias PCJ, de
260 10% provenientes da cobrança pelo uso de recursos
hídricos de domínio do estado de São Paulo, e de
7,5% provenientes da cobrança pelo uso de recursos
hídricos de domínio da União. **1) Previsão
Orçamentária:** Na sequência, passou a palavra ao Sr.
265 Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo-financeiro
da Agência das Bacias PCJ, que informou a previsão
de receitas, a saber: R\$16.046.861,91 (dezesseis
milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e
um reais e noventa e um centavos) para a cobrança
270 federal; rendimentos financeiros da cobrança federal
estimados em R\$4.737.493,25 (quatro milhões,
setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e
três reais e vinte e cinco centavos); saldo de custeio da
cobrança federal, do exercício 2014, R\$120.000,00
275 (cento e vinte mil reais); R\$15.966.651,87 (quinze
milhões, novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e
cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos) para a
cobrança estadual paulista; rendimentos financeiros da
cobrança estadual paulista estimados em
280 R\$597.832,94 (quinhentos e noventa e sete mil,
oitocentos e trinta e dois reais e noventa e quatro
centavos); para custeio da Secretaria Executiva dos
Comitês PCJ oriundos do Fehidro (Fundo Estadual de
Recursos Hídricos do Estado de São Paulo)
285 R\$195.377,80 (cento e noventa e cinco mil, trezentos
e setenta e sete reais e oitenta centavos) e rendimentos



Ata da 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 12/12/2014

financeiros do Fehidro estimados em R\$58.408,96 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e oito reais e noventa e seis centavos), totalizando R\$37.722.626,73 (trinta e sete milhões, setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos) de receitas. Desta previsão de receitas poderá ser utilizado para o custeio da Agência das Bacias PCJ o valor máximo de R\$3.873.324,76 (três milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos). A previsão orçamentária para gastos totais em custeio é de R\$3.873.324,76 (três milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos). De forma separada, por fonte de recursos, os valores são: Cobrança Federal: R\$1.678.826,63 (um milhão, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos), valor este que representa um percentual de 7,5% da arrecadação total prevista, mais rendimentos financeiros, acrescido de estimativa de superávit do custeio administrativo do exercício de 2014; Cobrança Estadual Paulista: R\$2.194.498,13 (dois milhões, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e treze centavos), valor este que representa um percentual de 10% da arrecadação total prevista para o exercício de 2015, mais rendimentos financeiros totais; e Custeio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ: R\$253.786,74 (duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos), valor este que representa um percentual de 100% do recurso transferido pelo Fehidro, mais rendimentos financeiros totais. 2) **Plano de Trabalho 2015:** Na sequência Sr. Moretti, passou a palavra para a Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, para a apresentação do Plano de Trabalho da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o exercício de 2015, a qual abordou os desafios da área técnica para os próximos anos. A mesma abordagem foi realizada pelo Sr. Ivens de Oliveira em relação aos desafios da Diretoria Administrativa e Financeira da Fundação Agência das Bacias PCJ. Após, o Sr. Moretti informou que, por sugestão dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência das Bacias PCJ, para os próximos anos, deverá ser feita alteração na forma de apresentação do Plano de Trabalho, agrupando as ações por áreas temáticas, sem necessidade de especificar no documento, em seu formato final, qual coordenação irá realizar cada uma delas. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. O Sr. Valmir Gonçalves de Almeida, Prefeito de Iracemápolis, solicitou a palavra e questionou em qual o tipo de aplicação financeira são aplicados os recursos das Cobranças PCJ. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, explicou que para os recursos da Cobrança Federal PCJ, existe a obrigatoriedade, exigida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de aplicação em caderneta de poupança. Esta aplicação é acompanhada pela Auditoria de Contas da Agência Nacional de Águas. Em relação aos recursos da Cobrança Estadual

Paulista, explicou que são aplicados em renda fixa. Ressaltou que as aplicações financeiras são conservadoras, consideradas aplicações financeiras de baixo risco. Na sequência, o Sr. Valmir Almeida, mencionou a opção de contratação de funcionários, para a Agência das Bacias PCJ, por comissão, uma vez que muitos contratados por concurso público não executam suas funções devido à estabilidade. O Sr. Sergio Razera informou que para a figura de Fundação é obrigatório o processo seletivo público, uma vez que a mesma administra recursos financeiros públicos. Ressaltou que os cargos da Diretoria e dos Coordenadores são de livre-provimento. Após as manifestações, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação com as propostas do plano de trabalho e da previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2015, em votação, sendo aprovadas por unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 213/14, de 12/12/2014: “Aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2014 – ano base 2013”:** O Sr. Moretti informou que o “Relatório de Situação das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2014 (ano base 2013)”, foi preparado pelos representantes da Agência das Bacias PCJ e da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB). No âmbito da CT-PB foi constituído grupo de trabalho que analisou e propôs o conteúdo do relatório, sendo apreciado e aprovado, o relatório em questão, na 58ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 29/10/2014, em Campinas/SP, que encaminhou para a apreciação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, a qual analisou o documento em sua 44ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17/11/2014, no município de Piracicaba/SP. O Sr. Moretti comentou sobre a importância do relatório, tendo em vista que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – FEHIDRO usa o mesmo como um de seus instrumentos para pontuação dos CBHs para a distribuição de recursos, oriundos do FEHIDRO, aos comitês paulistas, e que deve ser enviado à Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi), até a data de 31 de dezembro de 2014, sendo necessária a aprovação através de Deliberação dos Comitês PCJ. Na sequência, convidou o Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ, para apresentar o relatório. O Sr. Eduardo Léo informou que seria apresentada a síntese do processo para elaboração do Relatório de Situação PCJ – 2014 (ano base 2013), seguindo as orientações da CRHi, através do Roteiro para Elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, documento complementar da Deliberação CRH nº 146, de 11 de dezembro de 2012. Ressaltou que a novidade, para este relatório, é a possibilidade de apresentar uma versão simplificada, que é muito conveniente, porque fica gerencial, permitindo uma visualização mais rápida da situação das Bacias PCJ. Após, o Sr. Eduardo Léo explanou



Ata da 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 12/12/2014

sobre os dados técnicos e o escopo do Relatório de Situação de 2014, das Bacias PCJ, discorrendo sobre os indicadores: disponibilidade das águas; demanda de água; balanço hídrico; esgotamento sanitário; abastecimento de água; manejo de resíduos sólidos, qualidade de águas superficiais; apresentando os critérios de avaliação do relatório, além das inclusões e modificações que foram propostas no documento base. O Sr. Eduardo Léo apontou que a análise dos dados revela o comprometimento da qualidade da água, sobretudo nos corpos d'água próximos ou a jusante das maiores aglomerações urbanas da região. Os dados relativos à qualidade das águas subterrâneas e ao nitrogênio indicam a necessidade de maior cuidado e monitoramento para estes parâmetros, contudo, existe a tendência de continuidade na melhoria destes indicadores, destacando-se nesse sentido, o esforço realizado pelas instituições envolvidas na gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, principalmente a relação dos investimentos realizados no âmbito dos Comitês PCJ para recuperação e conservação dos recursos hídricos. Destacou que os dados apresentados no relatório em questão permitem concluir que as Bacias PCJ apresentam uma situação bastante delicada em termos hídricos, tanto no comprometimento de sua oferta hídrica quanto em razão do estado de poluição de suas águas. O Sr. Eduardo Léo acrescentou que, seguindo as orientações da CRHi, incluiu-se, também, os quadros síntese dos indicadores com os comentários sobre a síntese da situação e orientações para gestão, a partir dos dados disponibilizados pela própria CRHi. Após, o Sr. Moretti, abriu a palavra para manifestação dos membros e, não havendo manifestações, submeteu a Minuta de Deliberação que aprova o "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2014 – ano base 2013", que foi aprovada por unanimidade, considerando o relatório concluído e será disponibilizado no site dos Comitês PCJ, para consulta. **4.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 214/14, de 12/12/2014 que "Referenda o Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre o empreendimento Central de Tratamento e Destinação de Resíduos – CTDR Amparo":** O Sr. Moretti esclareceu os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, de 28/06/2011, que regulamenta o GT-Empreendimentos, estabelecendo diretrizes para os comitês de bacias hidrográficas se manifestarem a respeito dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA a ele encaminhados. O Sr. Moretti esclareceu, ainda, que por meio do Ofício CETESB nº 013/2014/IP, datado de 22 de maio de 2014, protocolado na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, em 29 de maio de 2014, o Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e Processos, da CETESB, informou que se encontrava em análise o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA referentes às "Obras de Implantação da Central de Tratamento e Destinação de Resíduos – CTDR", localizadas em Amparo, sob a

responsabilidade da TLC – Tecnologia e Construções Ltda. e, considerando as intervenções em recursos hídricos nas Bacias PCJ, solicitou aos Comitês PCJ a manifestação quanto à viabilidade de implantação do empreendimento. Em 08 de julho de 2014, o GT-Empreendimentos dos Comitês PCJ realizou reunião na sede da Agência das Bacias PCJ, em Piracicaba, para análise do empreendimento em questão, bem como, para colher subsídios para a elaboração de parecer técnico, contando com a presença de representantes do empreendedor e de sua equipe técnica, que realizaram a apresentação e prestaram esclarecimentos sobre o empreendimento. O GT-Empreendimentos considerou que o EIA/RIMA apresentado encontrava-se incompleto, não apresentando elementos relacionados aos recursos hídricos que permitissem manifestação quanto à viabilidade do empreendimento para a fase de Licença Prévia (LP). Após a apreciação do EIA/RIMA, o GT-Empreendimentos considerou que seriam necessárias complementações. Isto constou do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 05/2014. O Sr. Moretti informou que, em 20 de agosto de 2014, foi protocolado, na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, um documento resposta ao Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 05/2014, produzido pela TLC – Tecnologia e Construções Ltda., intitulado "Complementação EIA-RIMA – CTDR Amparo", e que, no dia 14 de outubro de 2014, foi realizada reunião do GT-Empreendimentos, na sede da Agência das Bacias PCJ, em Piracicaba, para análise da resposta acima citada e elaboração de parecer técnico. Após análise dos documentos complementares oferecidos, o GT-Empreendimentos considerou que não foram atendidas as solicitações propostas no Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 05/2014 e que não existiam elementos que permitissem manifestação favorável à viabilidade da implantação do empreendimento em questão, propondo manifestação dos Comitês PCJ, à CETESB, pela não implantação do empreendimento "Obras de Implantação da Central de Tratamento e Destinação de Resíduos – CTDR", com localização prevista em Amparo, sob responsabilidade da TLC – Tecnologia e Construções Ltda., e apresentou o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 06/2014. Após as explanações o Sr. Moretti solicitou a correção na ementa da deliberação, para constar conforme segue: "Referenda o Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre o empreendimento Central de Tratamento e Destinação de Resíduos – CTDR Amparo". Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros, que demonstraram preocupação em relação à locação do empreendimento, que está situado em uma das áreas prioritárias para proteção e recuperação de mananciais e que está na bacia hidrográfica da barragem de Duas Pontes, localizada no município de Amparo/SP. Após as manifestações, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação que referenda o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 06/2014, em votação, com a



Ata da 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 12/12/2014

alteração sugerida na ementa, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 215/14, de 12/12/2014, que “Aprova pedido de Abatimento do ValorDBO previsto na cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”:** O Sr. Moretti esclareceu que o mecanismo diferenciado de pagamento do “Valor_{DBO}” é um procedimento aprovado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 049/06, de 28/09/06, previsto na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A, de Campinas – SANASA, solicitou, aos Comitês PCJ, abatimento no “Valor_{DBO}”, em 20/10/2014, referente aos investimentos a serem realizados no ano de 2015, totalizando R\$ 5.938.897,62 (cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) para as obras do Sistema de Esgotamento Sanitário Nova América, no município de Campinas, e que a Agência PCJ analisou a solicitação referente aos futuros investimentos em questão, por meio do Parecer Técnico nº 12/2014, de 10/11/2014, disponibilizado para esta reunião. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação em votação sendo a solicitação de abatimento no “ValorDBO Sistema de Esgotamento Sanitário Nova América” aprovada por unanimidade. **4.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, de 12/12/14, que “Prioriza, para o exercício de 2015, empreendimentos suplentes do processo de financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2014, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti esclareceu que, por ocasião da realização da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 26/09/2014, em Piracicaba, foi aprovado o pleito, do DAAE de Rio Claro, para que os Comitês PCJ priorizassem a indicação dos 4 empreendimentos suplentes do processo de distribuição de recursos do exercício de 2014, para o exercício de 2015, uma vez que os mesmos encontram-se analisados e enquadrados nas regras, sendo a proposta aprovada por unanimidade do Plenário, devendo ser elaborado

deliberação específica para ser apreciada, posteriormente, pelos Plenários dos Comitês PCJ. Ressaltou que, para utilização do saldo da Cobrança Paulista PCJ, ainda em 2014, visando à indicação dos 4 suplentes com recursos do exercício de 2014, há necessidade de aprovação de novo decreto do governador, antes do término do prazo de indicação de empreendimentos, estabelecido pelo FEHIDRO, com a atualização dos PUBs – Preços Unitários Básico e dos novos percentuais de aplicação com especificação dos respectivos Programas de Duração Continuada – PDCs, estabelecidos por meio do Decreto nº 51.449/2006, de 29/12/06. Na sequência, o Sr. Moretti detalhou a minuta de deliberação, na qual são priorizados para indicação em 2015, com recursos da Cobrança Paulista PCJ, os empreendimentos suplentes do exercício de 2014, constantes do Anexo I da minuta de deliberação, em ordem cronológica de protocolo, todos na modalidade não-reembolsável. Explicou que as referidas indicações serão realizadas por meio de Deliberação *ad referendum* dos Presidentes dos Comitês PCJ, assim que o COFEHIDRO aprovar deliberação específica para o processo de distribuição de recursos, exercício de 2015; não necessitando cumprir o calendário de distribuição dos Comitês PCJ para o exercício de 2015, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/2014, de 26/09/2014. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. O Sr. Valmir Gonçalves de Almeida, Prefeito de Iracemápolis, solicitou a palavra e ressaltou a importância da contemplação destes projetos que se encontram concluídos. O Sr. Michele Consolmagno, representante da P. M de Vargem, questionou sobre a disponibilidade de recursos para aplicação nos projetos priorizados na minuta de deliberação apresentada. O Sr. Moretti esclareceu que a aplicação dos recursos será para o exercício 2015, e que os recursos serão provenientes da arrecadação daquele exercício. Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti colocou em votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, que prioriza, para o exercício de 2015, empreendimentos suplentes do processo de financiamento com recursos oriundos das Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2014, sendo aprovada por unanimidade. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL